



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 17144/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a instalação de sistema eletrônico de emissão de senhas de atendimento ao público nas casas lotéricas sediadas no Município de Maringá e a destinação de assentos preferenciais para idosos, gestantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 1.º As casas lotéricas sediadas no Município de Maringá deverão promover a adoção de sistema eletrônico de emissão de senhas para o controle do atendimento ao público e a instalação de assentos para os usuários de seus serviços.

§ 1.º Serão destinados, no mínimo, 3 (três) assentos de uso preferencial para idosos, gestantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

§ 2.º Na ausência de usuários preferenciais, os assentos serão livres para utilização pelos demais cidadãos.

Art. 2.º Os estabelecimentos terão o prazo de 90 (noventa) dias para implementação das medidas previstas nesta Lei, contado a partir da data de sua publicação.

§ 1.º O prazo poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias, mediante justificativa formal aceita pela Administração Municipal.

§ 2.º A fiscalização inicial será realizada em até 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta Lei.

Art. 3.º Em caso de inobservância das normas previstas nesta Lei, o órgão fiscalizador deverá adotar as seguintes providências:

I - notificar o estabelecimento para promover as adequações necessárias no prazo de 30 (trinta) dias;

II - decorrido o prazo sem as devidas providências, aplicar multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo esse valor dobrado a cada nova notificação não cumprida;

III - realizar nova fiscalização a cada 15 (quinze) dias após a aplicação da multa para verificação de regularização.

Art. 4.º O valor da multas previstas no artigo anterior será reajustado, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no exercício anterior, ou outro que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda, conforme regulamentação federal.

Art. 5.º A fiscalização e a aplicação das sanções previstas nesta Lei serão realizadas

pela secretaria municipal designada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 10 de janeiro de 2025.

WILLIAM GENTIL
Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **William Charles Francisco de Oliveira, Vereador**, em 30/01/2025, às 10:52, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0366196** e o código CRC **7A49DB5C**.
